

IV – Evolução do setor rural e análise mais detalhada do presente

Fernando Henrique Cardoso
Geraldo Müller

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, FH., and MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 55-76. Evolução do setor rural e análise mais detalhada do presente. ISBN: 978-85-99662-73-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

IV – Evolução do setor rural e análise mais detalhada do presente

As migrações para a Amazônia, como aquelas no interior da região, constituem-se em deslocamentos populacionais provocados pela dinâmica externa e interna à área. Em termos gerais indicam a distribuição social do trabalho no espaço regional. Cabe portanto estudar, agora, a distribuição da população em sua relação com a base sócio-econômica da região e com a estrutura das classes de modo a entender como se organizam homens, propriedades e instrumentos de trabalho, para a obtenção dos produtos.

Na análise da apropriação e do uso das terras, do emprego da mão de obra e das organizações de produção no meio rural, nos valeremos das informações estatísticas disponíveis a partir de 1950, procurando ressaltar os dados do biênio 1970-72.

Apropriação da terra

No imenso panorama latifundiário extrativo e pecuário, que marca ainda atualmente a Amazônia, foram-se formando, na época posterior ao ciclo da borracha, principalmente com as frentes pioneiras, explorações de dimensões menores, baseadas geralmente em mão de obra familiar que, sempre que possível, mercadejavam alguns produtos. O principal a notar é que tais estabelecimentos, em sua maioria, são objetos de simples posse, indefinidos em seus limites, sujeitos a “superposições” de posse.

A incerteza e os conflitos em torno da posse da terra na época do *boom* do látex ocorriam entre seringalistas que disputavam o mesmo local que, dada a distância entre as árvores, deveria ser necessariamente de grande extensão. Extensão essa que, apesar do título definitivo concedido pelas repartições de Manaus e Belém, não era especificada com clareza. Tal indeterminação da área de posse é notória na Amazônia atual devido à dificuldade de recensear as propriedades, “quase todas de divisões ou limites indistintos. Contam-se apenas as que lindam com cursos de água, estimando-se apenas sua largura, sem nenhuma ideia da profundidade” (BASA, p. 141).

Não se trata apenas da imprecisão a partir dos cursos de água, mas também da concessão de arrendamentos onde já havia posse (caso da castanha), da venda de posses de tamanhos imaginários e da venda superposta de glebas estaduais.

A incerteza e os conflitos em torno da posse assumem vulto a partir de meados dos anos 60 quando se desencadeiam interesses entre empresários do centro-sul do país em adquirir terras amazônicas. E com o ingresso de maior número de empresários agropecuários e mineradores à especulação com as terras, juntam-se a grilagem e a violência.⁷³

De fato, as estatísticas e outros estudos estão a indicar que – com a entrada de grandes empresas no setor madeireiro, minerador, agrícola e, principalmente, pecuário, em uma área de penetração econômica incipiente com limites fundiários imprecisos – existe na Amazônia atual uma verdadeira questão da terra fundada na presunção de direitos de posse.

A partir da Tabela VII, síntese das informações constantes nos Censos Agrícolas de 1950 e 60, na Sinopse Preliminar do Censo Agrícola de 1970 e no Cadastro do INCRA de 1972, é possível tecer algumas considerações sobre a questão.

VII – Número e área dos estabelecimentos (ou de imóveis rurais) por unidade da federação, região norte, 1950-72 - (Distribuição porcentual)

	Nº. de estabelecimentos			Nº. de imóveis 1972	Variação de 1950-70
	1950	1960	1970		
Nº.	78.039	135.242	261.515	72.596	+ 235
Até 500 há	95,0	97,5	98,4	87,0	–
500 +	5,0	2,5	1,6	13,0	
	Área dos estabelecimentos ⁽¹⁾			Área dos imóveis ⁽¹⁾	Variação de 1950-70
	1950	1960	1970		
Nº.	23.107,9	23.447,6	22.482,7	39.427,6	– 3
Até 500 há	10,6	14,0	48,0	10,8	(+70%) ⁽²⁾
500 +	89,4	86,0	52,0	89,2	

Fontes: Censos Agrícolas, 1950 e 1960; Sinopse Preliminar do Censo Agrícola, 1970. Cadastro do INCRA de 1972.

⁽¹⁾ Em mil ha.

⁽²⁾ Variação de 1950 e 1972.

⁷³ Consulte-se, a propósito, o 2º artigo de *O Estado de São Paulo* de 4/11/75.

As “superposições” de posse refletem-se nas extensões da área ocupada pelos estabelecimentos e imóveis, isto é, nas aparentes flutuações erráticas dos dados estatísticos.

A Tabela VII, no que respeita ao número dos estabelecimentos e imóveis⁷⁴, revela consistência; no tocante à área, há uma variação negativa da mesma entre 1950-70, que contraria todos os demais elementos disponíveis. Por isso, talvez uma forma viável de medir a variação seja tomar o período todo, 1950-72, que indica uma incorporação de 70% de área. A tabela, sucinta, permite localizar no período 1960-70 as inconsistências: a área diminui em quase um milhão de ha, ao mesmo tempo que os estabelecimentos de até 500 ha detêm praticamente metade da área. Explicar essa brusca variação da estrutura fundiária através da fragmentação da área seria assaz arriscado pois implicaria em aceitar ou uma divisão da área dos grandes estabelecimentos ou um desenvolvimento agrícola extraordinário. Nem um nem outro encontram respaldo nas demais informações disponíveis

As informações mais detalhadas sobre a estrutura fundiária das várias partes da região, entre 1950 e 1972 (obtidas pelos censos agrícolas e pelo Cadastro do INCRA de 1972) refletem bem tal situação. Entre 1950 e 1960 há diminuições da área total dos estabelecimentos de Rondônia, Pará e Maranhão e de 1960 a 1970, no Acre, Amazonas e Amapá – a indicar alterações ou, poder-se-ia dizer, “reestimativas” das extensões de terra realmente sob posse.⁷⁵

Assim, por exemplo, a comparação mais detida dos dados de 1960 e 1970, por classes de área (publicados na Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1970), notamos algumas mudanças que não podem ser explicadas apenas pela fragmentação de grandes latifúndios. Anotando somente as principais alterações: 1) no Amazonas, de 119 estabelecimentos

⁷⁴ O conceito de imóvel diz respeito à propriedade da terra, ao passo que o de estabelecimento à responsabilidade pelo uso da terra. Daí um imóvel poder conter vários estabelecimentos (por exemplo, vários arrendamentos em um mesmo imóvel).

⁷⁵ Tudo leva a crer que existia simultaneidade entre as “reestimativas” estatísticas e o avanço e intensificação das frentes de expansão. O mesmo parece ocorrer no caso do Maranhão: entre 1950 e 60 há significativa inconsistência (a área dos estabelecimentos passa de 9,5 milhões de ha para 8,2 milhões), enquanto que o saldo migratório para este Estado passa de 5000 pessoas, entre 1940-50, para mais de 212 mil entre 1950 e 60.

de mais de 10.000 ha passou-se para 3, com um decréscimo da área total nessa classe de área de cerca de 4 milhões de ha; o principal aumento noutra classe de estabelecimentos é o que ocorreu entre os de 100 a 1000 ha, que passam de pouco mais de mil para 14 mil, com um acréscimo de 2,2 milhões de ha; 2) no Acre, decaem também os estabelecimentos de mais de 10.000 ha (de 252 para 18), com uma perda na área total desta classe de mais de 7,5 milhões de ha; os ganhos de área de estabelecimentos nas outras classes de área nem de longe explicam aquela queda; 3) isto também ocorreu no Amapá, onde a perda de mais de 700 mil ha pelos estabelecimentos de mais de 10.000 ha (que de 19 passaram a 11) não pode ser explicada pela fragmentação. Em todos estes casos, ao invés desta explicação há que supor uma situação anterior em que havia presunções de direito de posse (de áreas ocupadas ou não por outrem) que posteriormente sofreram “reajustamentos”.

Dessa forma, com o avanço das frentes de expansão – seja por migração espontânea, seja através da colonização dirigida⁷⁶, seja pela procura de terras por parte dos empresários do sul do país – a sobreposição de direitos de posse parece explicar os erros estatísticos.

No Amapá, mais precisamente na Microrregião 27 (onde se encontra a Capital, Macapá), a exploração do manganês, iniciada em meados de 50, alterou o panorama, levando a uma demarcação mais precisa das terras.

Na Tabela VIII, onde constam os imóveis com titulares de posse segundo as unidades da Federação da região e segundo o tamanho dos imóveis, há indicações adicionais sobre a “dimensão” da questão terra. A importância dos titulares de posse na Amazônia mostra-se nítida quando posta em confronto com o Maranhão e o Brasil. Na relação Região norte-Brasil, este possui apenas 14% das áreas dos imóveis em situação de posse, ao passo que a Amazônia, 39%, sendo quase 1/5 da área dos imóveis de 10 mil ha e mais e 72% dos de até 500 ha. Estes últimos tendem a ser posse de pequenos proprietários. Com o aumento da presença das grandes empresas na região, as posses tornam-se objeto de conflito.

⁷⁶ A respeito desses movimentos migratórios, consulte-se *Colonização Dirigida no Brasil (Suas Possibilidades na Região Amazônica)*, de Vânia P. Tavares, Cláudio M. Considera e Maria T. I. I. de Castro e Silva, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1972.

O elevado percentual de imóveis sob a forma jurídica de posse nos permite, portanto, afirmar que a *questão da terra é um tema de extrema importância e que tende a ampliar-se*; por outro lado, ela é fruto de um processo de povoamento recente numa região de desenvolvimento econômico incipiente, recém-aberta à diversificação de sua linha de produtos, o que traz à tona os interesses econômicos-políticos divergentes, cuja resolução passa, inevitavelmente, numa organização social como a nossa, pela violência.

VIII – Número e área de imóveis de titulares de posse*, Brasil e unidades da Federação da região norte, 1972 — (Distribuição Porcentual)

Unidades da Federação	Titulares de posse					
	Imóveis até 500 ha		Imóveis de 10.000 ha ⁺		Imóveis de todas as classes de área	
	Nº. de imóveis	Área de posse	Nº. de imóveis	Área de posse	Nº. de imóveis	Área de posse
Rondônia	97	97	48	37	98	58
Acre	98	94	36	34	96	43
Amazonas	73	67	44	27	71	48
Roraima	93	86	–	– ***	82	60
Pará	68	69	13	11	65	34
Amapá	73	63	–	– ***	59	14
Região norte	74	72	20	18	71	39
Maranhão	38	30	–	–	36	15
Brasil	23	16	9	12	22	14

Fonte: Cadastro do INCRA de 1972

* Não foram considerados os casos mistos de proprietário e titulares de posse, cujas áreas de posse representavam apenas 1,4% da área total de posses na Região norte.

** Percentagens sobre o total de imóveis e áreas em cada classe de área

*** Há informações para apenas um imóvel de 10.000 ha+, em cada um dos Territórios de Roraima e do Amapá; nenhum deles é posse.

O uso das terras

O uso das terras dos imóveis bem pode servir de indicação da linha de produtos da Amazônia e da importância desses produtos. A Tabela IX retrata o uso das áreas em 1972, aparecendo o Brasil como elemento de confronto.

O que de imediato chama a atenção é o elevado peso das áreas inexploradas da Região norte, 66%, o que representa uns 26 milhões de ha. Observe-se que, tomando o país, essas áreas não alcançam 42%, o que quer

dizer que outras regiões brasileiras contam com quase 130 milhões de ha inexplorados⁷⁷; e a área maior, 75,4% da área total dos imóveis, está no Estado mais antigo, do ponto de vista do povoamento, e mais dinâmico economicamente, o Pará; seguem-no o Território do Amapá, o Estado do Amazonas e o Território de Rondônia; Acre e Roraima, notadamente o primeiro, estão próximos da “média nacional”.

Coloca-se aqui uma questão: dado que o Pará é a mais antiga área de povoamento da região e a mais desenvolvida, o certo seria que nele a área inexplorada fosse bem menor que, por exemplo, em Roraima, haja vista apresentar-se esse território como o “último oeste”; no entanto, os dados contradizem tal expectativa.

Adicionemos uma informação, aliás implícita na Tabela IX, que diz respeito à relação entre as áreas aproveitáveis não exploradas e o total das áreas inexploradas dos imóveis. O Acre atinge 52% de áreas aproveitáveis não exploradas; segue-lhe o Pará, com quase 47%; depois o Amapá, com 39%; Rondônia, 26%; Amazonas, 12%; e Roraima, 9%.

Boa parcela desse elevado índice de áreas inexploradas do Pará (75,4%) explica-se pela área de floresta legal (39%); mas o maior peso cabe à não exploração de terras aproveitáveis (47%). Há dois elementos que podem permitir uma resposta à indagação acima, sendo que ambos se conectam à não exploração de terras aproveitáveis: trata-se de terras devolutas, um próprio do Estado, ou tais terras já estão apropriadas, mas o proprietário não as utiliza.⁷⁸ A hipótese de serem as mesmas as áreas de posse e as áreas não exploradas de terras aproveitáveis deve ser afastada, já que, na maioria das vezes, trata-se de áreas pertencentes a pequenos proprietários, por conseguinte, de áreas exploradas. O fato de algumas dessas posses terem grande extensão, 100, 200, até 500 ha, conta pouco na

⁷⁷ Terras inexploradas incluem, além da área inaproveitável e floresta de reserva legal, *áreas aproveitáveis não exploradas*; a relação destas últimas com o total das áreas inexploradas é de 38% na Região norte e de 51% no Brasil.

⁷⁸ “O Governo do Pará suspendeu temporariamente a venda de terras sem saber quanto já vendeu (a ‘corrida’ ao Estado começou em 1967). Só no ano passado a Secretaria da Agricultura protocolou 8860 pedidos de compra de terra. Foram requeridos 1.985.000 ha de terras devolutas estaduais (68% delas passaram para a propriedade da União a partir de 1971)”. *O Estado de S. Paulo*, 4/11/75. A mesma fonte observa que entre 1968 e 69 o governo do Amazonas vendeu 1,8 milhões de ha; a maioria dos compradores não ocupou suas áreas “esperando o surgimento de estradas para beneficiá-las”.

região (exceto nas áreas produtoras de juta e pimenta) devido à excessiva aridez e baixa fertilidade do solo. (A Tabela VII mostra que estabelecimentos e imóveis de até 500 ha constituem 87% do total, ao passo que sua área não alcança 11% do total. Por outro lado, a Tabela VIII indica que quase 3/4 do número e da área dos imóveis sob posse encontram-se na faixa de até 500 ha.) Pode-se afirmar, portanto, que o entendimento de haver no Pará a maior parcela (em termos físicos) de áreas inexploradas vincula-se à apropriação prévia, pelo Estado ou por particulares, elemento esse que age no sentido de empurrar para o oeste e o noroeste da região aqueles que tentem estabelecer-se no meio rural.⁷⁹

IX – Distribuição porcentual do uso das áreas dos imóveis, Brasil e unidades da Federação da região norte, 1972.

<i>Uso das áreas dos imóveis</i>	<i>Brasil</i>	<i>Região norte</i>	<i>Rondônia</i>	<i>Acre</i>	<i>Amazonas</i>	<i>Roraima</i>	<i>Pará</i>	<i>Amapá</i>
<i>Áreas exploradas</i>	58,8	34,1	43,0	57,3	38,7	46,0	24,5	31,6
<i>Culturas</i>	10,0	2,2	1,0	1,7	2,9	1,1	2,3	2,2
<i>Hort.</i>	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Perm.</i>	2,5	1,0	0,2	0,4	1,3	0,3	1,2	0,6
<i>Temp.</i>	7,4	1,2	0,8	1,3	1,6	0,5	1,1	1,6
<i>Pecuária</i>	42,0	9,5	2,7	2,1	4,2	41,9	11,0	17,1
<i>Pastagem</i>	30,0	7,5	1,7	1,6	2,6	36,1	8,8	12,5
<i>Pastoreio temp.</i>	12,0	2,0	1,0	0,5	1,6	5,8	2,2	4,6
<i>Extrato vegetal</i>	6,5	22,4	39,3	53,5	31,6	3,0	11,2	12,3
<i>Áreas inexploradas</i>	41,5	65,9	57,0	42,7	61,3	54,0	75,4	68,4
<i>Total (%)</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Nº. (mil ha)</i>	370.275	39.428	2137	5538	7863	1737	20.910	1242

Tudo faz crer que – generalizando para os demais Estados e territórios da Amazônia – a apropriação prévia de grandes áreas, por particulares e/ou governo, não havendo delas utilização alguma, é um

⁷⁹ Papel semelhante parece desempenhar o Maranhão. As áreas inexploradas, em 1972, perfazem uns 63% das áreas dos imóveis; o peso das áreas aproveitáveis não exploradas sobre as inexploradas é em torno de 51%; ainda mais acentuado, portanto, que o do Pará. Não será esse o elemento que permite compreender os 39 mil migrantes do Maranhão para a Amazônia, segundo consta na Tabela VI?

elemento de extrema importância para explicar a existência de milhares e milhares de hectares inexplorados, bem como para explicar o movimento migratório rumo ao oeste e noroeste da Amazônia.

Retomando a primeira ideia sobre a Tabela IX – que retrata a linha de produtos – nota-se de imediato a enorme importância da extração vegetal. Praticamente 2/3 das áreas exploradas dos imóveis da região destinavam-se à extração do látex, da castanha, pau-rosa, madeira etc. Rondônia, Acre e Amazonas contam com mais de 80% das áreas exploradas dedica das à extração vegetal; no Amapá, quase 40% da mesma área são utilizados para essa finalidade. Roraima já é o oposto relativamente à área usada para a extração vegetal e, nesse sentido, Amapá e Pará apresentam-se como casos intermediários, com algo como 40 e 45% das áreas destinadas à pecuária⁸⁰.

O perfil da linha de produtos mostrar-se-á mais nítido se juntarmos as áreas de extração vegetal e de pecuária às áreas utilizadas em culturas. Exceção feita ao Território do Amapá, as demais unidades político-administrativas da região hierarquizam-se entre si pelos critérios de menor recência de seu processo de povoamento, maior desenvolvimento das forças de produção, mais acentuada diversificação da linha de produtos e maior volume de produtos, critérios esses que se relacionam entre si e que colocam o Pará em primeiro plano, seguido do Amazonas e Acre, depois Rondônia e Roraima. Como já assinalamos, o Amapá apresenta-se como caso à parte.

Com o objetivo de ilustrar o fenômeno do uso da terra com culturas, assim como aquilatar, por pouco que seja, a evolução do setor agrícola, montamos a Tabela X que, à semelhança da anterior, trata do uso das áreas cultivadas, mas mostra-o de forma especificada segundo os produtos mais importantes⁸¹. Note-se que a “evolução” (na Tabela X ela aparece na última linha; o dado entre parênteses refere-se ao total, em milhares de ha, da área de 1972) possui bases estatísticas assaz arbitrárias: a Tabela IX trata de área

⁸⁰ Não é excessivo observar que a porcentagem de borracha no produto bruto dos Estados e territórios, entre 1949 e 1959, permaneceu importante apenas para o Acre (59% e 60% nos anos acima) e Rondônia (83% e 76%); já para o Amazonas, ela caiu de 15 para 7%, para o Amapá de 19 para 3% e para Roraima de 17 para 7%. BASA, quadro da página 198.

⁸¹ Esta Tabela IX foi feita com dados de 1965, segundo aparecem na publicação do IBGE, *Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas* – 1968 que, em uma situação de escassas informações estatístico-bibliográficas, valem a pena ser aproveitados.

total de culturas, ao passo que a X tão-somente da área de produtos selecionados, isto é, os mais relevantes. Não obstante, uma tal arbitrariedade não trunca a possibilidade de indicar a evolução da agricultura nesses sete anos (1965-72) pelo prisma de áreas cultivadas; de fato, a arbitrariedade é praticamente a mesma para a mesma data e pode pecar pela subestimação de produtos (em diminutas quantidades) para autoconsumo.

X – Área cultivada (ha) de produtos selecionados, Maranhão e unidades da Federação da região norte* – 1965

<i>Uso das áreas cultivadas por produtos selecionados</i>	<i>Maranhão</i>	<i>Região norte</i>	<i>Rondônia</i>	<i>Acre</i>	<i>Amazonas</i>	<i>Roraima</i>	<i>Pará</i>	<i>Amapá</i>
<i>Agricultura temporária</i>	961	232	5,8	14,0	44,8	2,4	163,1	2,1
Juta	–	47	–	–	34,6	–	12,7	–
Algodão herbáceo	64	–	–	–	–	–	–	–
Arroz	444	81	1,8	2,9	0,8	1,1	74,0	–
Mandioca	127	28	–	3,9	8,4	0,5	13,1	2,1
Milho	276	62	3,0	5,0	–	0,8	53,0	–
Feijão	50	14	1,0	2,2	1,0	–	10,3	–
<i>Agricultura permanente</i>	98	14	0,1	1,2	3,2	–	9,3	–
Pimenta-do-reino	–	2	–	–	–	–	2,1	–
Algodão arbóreo	88	–	–	–	–	–	–	–
Cacau	–	8	–	–	1,6	–	6,0	–
Frutas ¹	10	4	0,1	1,2	1,6	–	1,2	–
<i>Total</i>	1059	246	5,9	15,2	48,0	2,4	172,4	2,1
	(877)	(867)	(21,4)	(94,2)	(228)	(19,1)	(480,9)	(23,3)

Fonte: Microrregiões Homogêneas, IBGE, Rio de Janeiro, 1968.

* Em mil ha.

¹ Banana, manga, laranja, coco-da-bahia, abacate.

Observações: 1) Os totais de 1972, última linha, entre parênteses, foram obtidos da Tabela IX; 2) O travessão, no corpo da tabela, designa inexistência de dados; 3) A incompatibilidade das parcelas com o total deve-se aos arredondamentos.

Os dados de 1965 evidenciam, de imediato, uma linha de produtos extremamente simples, basicamente uma produção de bens alimentícios. De fato, caso se tomasse a produção diretamente voltada para mercado (juta, pimenta-do-reino e cacau), esta não alcançaria 1/4 do total da área cultivada; quase 80% dessa área constituem-se de produção de alimentos (arroz, mandioca, milho, feijão e frutas). Por essa época, a produção de alimentos, excetuando, como veremos adiante, a região paraense de Bragantina, constituía-se, basicamente, em fundo de consumo produzido pelo próprio empregado do seringal (que tinha roçado apenas quando permitido), do castanhal, da grande fazenda pecuária, ou ainda pelo próprio pequeno proprietário; o diminuto excedente obtido por este último era trocado nas feiras locais, geralmente nas frentes pioneiras. Catharina Dias afirma o seguinte a respeito da agricultura amazônica dos meados da década dos 50: “... a agricultura é uma atividade econômica de subsistência, com alguns produtos exportáveis... predomina o sistema de roças, isto é, uma agricultura nômade com técnicas que o caboclo herdou do índio”.⁸² A diminuta magnitude desse excedente pode ser avaliada mediante um confronto com o Maranhão. Em 1965, o Maranhão contava com dois milhões e meio de habitantes e a Região norte com três milhões; levando em conta o total das áreas cultivadas, desse ano, obtém-se, para o Maranhão, algo mais de 2300 pessoas por hectare de área cultivada (de produtos selecionados) e, para a Região norte, um pouco mais de 12.100 pessoas por hectare – o que parece exprimir o pequeno excedente da Região norte ou seu elevado autoconsumo, em que pese a precariedade do indicador (população total ao invés da população agrícola; pressuposto relativo ao ano agrícola etc.).⁸³

A zona bragantina mostra-se, nesse contexto agrícola, completamente diferente. O seu desenvolvimento, diz Rocha Pentead, liga-se intimamente

⁸² “Agricultura de Subsistência e Agricultura Comercial,” de Catharina V. Dias, Cap. XII, in *Grande Região norte, op. cit.* Idêntica apreciação encontramos em *Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas*, que data de 1968.

⁸³ A precariedade do indicador aparece claramente na Tabela X, no total para o Maranhão; entre 1965 e 1972 a área cultivada reduziu-se em quase 200 mil ha, o que poderia ser imputado a um ano agrícola muito peculiar. Na realidade, estatísticas a esse nível de especificidade requerem manipulação cuidadosa; concretamente, jogamos com o material disponível enfatizando sua precariedade. No entanto, a par dessas cautelas, a conclusão relativa ao tipo de economia agrícola da Região norte dificilmente poderá ser alterada.

a Belém.⁸⁴ Constitui-se em uma verdadeira zona de colonização de Belém. E, parafraseando outro autor, assevera que esta zona é a despensa-mor da Capital. Em 1960, compreendia 40% da população total do Pará; tal densidade deve ser encarada como consequência do desenvolvimento urbano de Belém, do crescimento das produções de malva, mandioca, pimenta, juta e borracha, e da abertura de novas estradas, o que facilitou a penetração de nordestinos na região, através do Maranhão.

A região produziu em 1950 cerca de 50% do valor da produção estadual, sendo “o grande mercado abastecedor da capital e de si mesma, o que equivale dizer que dela dependiam para viver 40% dos paraenses recenseados em 1960,” afirma o autor.

Trata-se, sem dúvida, de uma ilha agrícola no mar amazônico. Não se dispõe de informações semelhantes à de R. Penteado para os anos mais recentes. No entanto, pode-se pensar que o desenvolvimento de pequenos núcleos urbanos, como Altamira e Marabá, e a implantação de grandes projetos agropecuários fora da zona bragantina compartilham com esta sua antiga importância agrícola.

Pode-se explorar a Tabela X para reafirmar a recência do processo de povoamento da Amazônia e a situação das terras aproveitáveis não exploradas de várias unidades federadas. Não há dúvida de que a própria dimensão da área cultivada bem como a distribuição da população e a linha de produtos estão a indicar os processos aludidos. Assim, o Pará detém 70% das áreas cultivadas (1965), é a área mais antiga, mais populosa e com a linha de produtos mais diversificada; em contraposição, Rondônia, Roraima e Amapá detêm as menores áreas cultivadas (1965), uma linha de produtos extremamente simples e são as áreas de povoamento e desenvolvimento mais recentes.

Linhas acima afirmamos que o total da Tabela X mostra a “evolução” das áreas cultivadas entre 1965 e 72. Nesse período a Amazônia aumentou suas áreas cultivadas em 3,5 vezes em relação a 1965. O Pará (cerca de 2 vezes e meia) e Rondônia (pouco mais de 3) estão aquém da média regional; as demais unidades acham-se em torno de 5 (Amazonas), 6 (Acre), 8 (Roraima) e 11 (Amapá). Não devemos nos esquecer, entretanto, dos números absolutos, pois uma coisa é passar de 2,1 mil ha de área

⁸⁴ PENTEADO, Antônio R., O Uso da Terra na Região Bragantina-Pará, *op. cit.*

cultivada para 23,3 mil (Amapá), outra, de 172,4 mil para 480,9 mil (Pará) ou mesmo, até, de 48 mil para 228 mil (Amazonas). A excepcional taxa de aumento no Amapá está vinculada ao grande projeto de exploração do manganês⁸⁵ e ao projeto “Grão”;⁸⁶ no Pará e Amazonas houve ampliação das áreas de juta, cacau, sisal, malva, algodão, mamona, entre outros⁸⁷. Nesse processo convém não descartar a expansão da produção de alimentos para autossustentação do produtor.

Força de trabalho e formas de organização no setor rural

Em “Caracterização Geral do Emprego” registramos as informações gerais sobre força de trabalho (FT) e emprego no setor rural. Praticamente 57% da PEA da Região norte, em 1970, desenvolviam atividades agropecuário-extrativas, porcentual que se elevará a 80%, 90%, se excluirmos das microrregiões as das Capitais e algumas próximas a Belém. Agora devemos analisar com mais detalhe os quase 600 mil economicamente ativos lotados no setor primário.

Não se dispõe de dados “cruzados” como tipo de FT (assalariado, semiassalariado, parceiro etc.) e tipo de produto ou tipo de FT e tamanho dos estabelecimentos (imóveis), de modo a permitir precisar com maior nitidez a estrutura fundiária e as formas de organização da produção. Dispomos de estatísticas sobre a distribuição da PEA na produção primária

⁸⁵ “Com a extração de manganês ocorreu um desenvolvimento econômico, atingindo outros setores que não o da mineração... o surto urbano de Macapá, a presença da ICOMI, provocaram um ativamento do setor agropastoril,” se bem que em área pequena, próxima à empresa e ao longo da estrada de escoamento do minério. *Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas*, p. 51.

⁸⁶ “Em busca de novos caminhos, a ICOMI participou do projeto Grão, em colaboração com a USAID, para fomentar a produção hortigranjeira no Território. Quando o projeto nasceu, em 1967, essa era uma atividade de fundo de quintal. Agora, já foi constituída uma cooperativa, transformada em fundação, da qual participam a ICOMI o Governo do Território e a Cia. Progresso do Amapá”. *Visão*, 7/10/74, p.36.

⁸⁷ A área cultivada (lavoura) entre 1950 e 60 teve uma expansão de praticamente 1 (100%), para toda a Região norte. Acre (0,4) e Pará (0,8) expandiram suas áreas abaixo da taxa da região; Amazonas (1,4), Rondônia (1,7) e Roraima (1,9) registraram expansão semelhante. Amapá (11,8) assinalou um aumento excepcional. Apud quadro n°. 11 de BASA, p. 109. Tais dados corroboram a assertiva segundo a qual a expansão das áreas cultivadas é fenômeno recente.

por subsetores, pela posição na ocupação, por categorias de FT, por meses trabalhados no ano anterior à data do Censo e por rendimento mensal.

O peso da PEA lotada no setor primário (57%) acompanha de perto a tendência nacional de equilíbrio entre esta parcela da PEA e aquela nos setores secundário e terciário; diferentemente, portanto, da situação no Maranhão, onde mais de 78% da PEA desenvolvem suas atividades no primário. A participação relativamente pequena da PEA no primário na Amazônia explica-se pela natureza da economia extração -, que se assemelha à economia das áreas mineradoras e de pecuária; no entanto, tal explicação, a essa altura da análise, é excessivamente geral e já dispomos de elementos que permitem precisá-la mais; aquela participação deve-se, junto com o elemento acima, à monopolização de boa parte das terras aproveitáveis, sem que tivesse ocorrido mudança no sistema produtivo.

Ponderando que os itens Pecuária, Borracha, Madeira, Demais Atividades Extrativas Vegetais, constantes na Tabela XI, são produtos claramente comerciais e retirando do item *Outras Culturas* 43 mil trabalhadores⁸⁸, obtemos uma massa em torno de 184 mil pessoas economicamente ativas na “economia comercial”, isto é, uns 31% da PEA do primário. Levando-se em conta que a agricultura de alimentos (arroz, outras culturas, demais atividades agropecuárias e caça e pesca) obedece prevalentemente ao sistema de roça, não parece descabido pensar que quase 70% da PEA vinculam-se às atividades de suporte (reprodução da FT) das atividades de caráter nitidamente comerciais. Cabe, no entanto, levar adiante tal ponderação pois, como já frisamos, o produtor de mercadorias e o trabalhador de roça geralmente se confundem.

A Tabela XI permite “ver” a linha de produtos do setor através da distribuição dos contingentes da PEA: Rondônia, Acre e Amazonas mostram-se “especializados” na extração do látex; em Roraima sobressaem as atividades pecuárias; no Pará, a par da juta, pimenta, cacau e outras culturas, ressalta uma distribuição da PEA em todas as atividades; no entanto, deve-se ressaltar o diminuto contingente das “demais atividades extrativas vegetais” onde se encontram aquelas ligadas à castanha.

⁸⁸ 42 mil trabalhadores da juta e mil da pimenta, cálculos já considerados anteriormente. Evidentemente, trata-se de uma estimativa da economia comercial extremamente precária (não considera a produção possível de arroz para mercado etc.).

Finalmente, o Amapá detém o menor volume da PEA no primário (39%), o que reflete a mineração do manganês que, sendo extração mineral, é classificada no setor industrial.

XI a – Distribuição setorial do emprego na agropecuária extrativa vegetal unidades da federação da região norte, 1970

<i>Agropecuária extrativa vegetal</i>	<i>Região norte</i>		<i>Rondônia</i>		<i>Acre</i>		<i>Amazonas</i>	
	<i>n.º</i>	<i>%</i>	<i>n.º</i>	<i>%</i>	<i>n.º</i>	<i>%</i>	<i>n.º</i>	<i>%</i>
<i>Arroz</i>	53866	5,2	2635	7,8	5568	8,6	2438	0,9
<i>Pecuária</i>	21289	2,0	229	0,7	487	0,8	3360	1,2
<i>Outras culturas</i>	328329	31,9	5600	16,5	11308	17,5	97678	36,3
<i>Demais atividades agropecuárias</i>	27827	2,7	401	1,2	1294	2,0	5606	2,1
<i>Borracha</i>	88342	8,6	6607	19,4	24800	38,5	36654	13,6
<i>Madeira</i>	20857	2,0	165	0,5	639	1,0	5250	1,9
<i>Demais atividades extrativas vegetais</i>	10923	1,3	90	0,3	68	0,1	3161	1,2
<i>Caça e pesca</i>	34442	3,3	188	0,6	164	0,3	7501	2,8
<i>Total</i>	585875	57,0	15915	47,0	44328	68,6	161648	60,0

XI b – Distribuição setorial do emprego na agropecuária extrativa vegetal unidades da federação da região norte, 1970 (continuação)

<i>Agropecuária extrativa vegetal</i>	<i>Roraima</i>		<i>Pará</i>		<i>Amapá</i>	
	<i>n.º</i>	<i>%</i>	<i>n.º</i>	<i>%</i>	<i>n.º</i>	<i>%</i>
<i>Arroz</i>	473	4,1	42578	6,9	179	0,6
<i>Pecuária</i>	1196	10,4	15153	2,4	864	3,0
<i>Outras culturas</i>	3265	28,6	203269	32,9	7209	24,8
<i>Demais atividades agropecuárias</i>	51	0,4	20063	3,2	412	1,4
<i>Borracha</i>	204	1,8	19229	3,1	848	2,9
<i>Madeira</i>	137	1,2	14150	2,3	516	1,8
<i>Demais atividades extrativas vegetais</i>	61	0,5	7073	1,1	470	1,6
<i>Caça e pesca</i>	149	1,3	25646	4,1	794	2,7
<i>Total</i>	5536	48,3	347161	56,0	11287	38,8

Fonte: Censo Demográfico, 1970.

Observe-se que o total das porcentagens não atinge 100, indicando que os setores secundário e terciário preenchem o que falta.

A caracterização da FT e do emprego ganha contornos mais nítidos com as informações sobre a posição na ocupação e as categorias de mão de obra (Tabelas XII e XIII).

A primeira dessas tabelas mostra o predomínio dos trabalhadores por “conta própria”, tanto na Região norte como no Maranhão, se bem que relativamente mais numerosos neste Estado. Constituem a grande massa de pequenos proprietários, produtores de juta, pimenta, malva, fumo⁸⁹, mas também de arroz, milho, mandioca, feijão etc. destinados ao mercado, seja diretamente para grandes centros, caso dos proprietários de Bragantina, seja indiretamente, através de feiras ou comerciantes. Releva notar a magnitude dos “não remunerados”, 20% na Amazônia; tudo leva a crer tratar-se de caboclos que, detendo ou não uma nesga de terra, vendem sua FT mediante produto, diferindo dos parceiros pelo tipo de contrato (tal categoria estatística, aliás, depende muito do modo de captar a informação, haja vista as discrepâncias entre as Tabelas XII e XIII; ademais, parceria, o mais das vezes, não passa de uma forma de obter mão de obra permanente).

XII – Distribuição porcentual segundo a posição na ocupação na agropecuária extrativa vegetal, Maranhão e unidades da Federação da região norte, 1970

Posição na ocupação	Maranhão	Rio Grande do Norte	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	
Empregados	3,1	13,0	21,8	16,3	7,4	19,0	14,5	19,5	
Empregadores	0,3	0,9	1,1	1,7	0,5	4,3	0,9	0,7	
Conta própria	73,5	61,1	62,0	51,3	68,3	66,2	58,7	69,9	
Parceiros	6,5	4,8	4,1	10,3	6,0	1,0	3,7	2,8	
Não remunerados	16,6	20,2	11,0	20,4	17,9	9,5	22,2	7,1	
Sem declaração	0,0 ²	0,0 ²	– ³	–	–	–	–	–	
Total	% ¹	78,3	57,0	47,0	68,6	60,1	48,3	56,0	38,8
	n.º	762900	585875	15915	44328	161648	5536	347161	11287

Fonte: Censo Demográfico, 1970.

¹ O porcentual refere-se àquela parte da PEA total lotada no primário.

² Existe certa quantidade de pessoas mas é pequeníssima.

³ Não há pessoa alguma.

⁸⁹ Os dois últimos produtos e, em parte, também a pimenta, são desenvolvidos na zona bragantina. Ver Rocha Penteadó, *op. cit.*, II, 3: “As formas de agricultura comercial”.

Estas duas categorias do Censo Demográfico, que perfazem mais de 81% da PEA da Região norte, englobam caboclos e *sitiantes*. As categorias de empregados e empregadores relacionam-se ao *latifúndio* extrativo e pecuário e às *empresas* agropecuárias, estas últimas, em sua grande maioria, ainda em estágio de implantação. Nestas duas últimas formas de organização do meio rural predominam as relações entre empregados e empregadores (respeitamos aqui as designações censuais). O maior número de empregados na Região norte, relativamente ao Maranhão, relaciona-se ao fato de a dinâmica de sua economia repousar nos latifúndios extrativos e pecuários, funcionando a agricultura como uma atividade restrita ao autoconsumo, ao passo que no Maranhão, junto à extração de carnaúba e babaçu e criação de gado, encontram-se as explorações de numerosos “pequenos proprietários” (parceiros, arrendatários, *sitiantes*) produtores de grãos (arroz, milho) e criadores de animais de pequeno porte, com sua produção praticamente toda dirigida às feiras. Por detrás destas atividades está evidentemente a história econômica de cada área.

A Tabela XIII indica – além do peso da mão de obra familiar, 76% – a importância dos assalariados permanentes nas relações de produção na Amazônia, em contraposição à importância dos parceiros no Maranhão. Consoante as informações do INCRA, 1972, os imóveis com assalariados permanentes são pouquíssimos e tal forma de assalariamento mostra-se sensivelmente mais elevada nos imóveis maiores, de 10 mil ha e mais. Parceiros e arrendatários, que já são poucos no total, tendem a aparecer nos imóveis de até 500 ha sem assalariados permanentes, ao passo que nos imóveis de 10 mil ha e mais, sem assalariados permanentes, parceiros e arrendatários parecem estar no lugar daqueles. O principal é notar certa concomitância de imóveis de 500 ha e mais e a ocorrência de mão de obra assalariada permanente.

Uma vez que predominam, nos imóveis de 500 ha e mais, as linhas de produção extrativas (látex, madeira, castanha) e de gado – com base extensiva –, pode-se afirmar que nesses imóveis trabalha a parcela da PEA classificada como “assalariados permanentes” e “empregados”; por outro lado, nos imóveis de menos de 500 ha encontram-se os autônomos, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários. Uma tal disposição dos

elementos básicos da estrutura agrária, expostos segundo uma leitura direta das tabelas, não permite evidentemente entender seu movimento.⁹⁰

XIII – Distribuição porcentual da mão de obra nos imóveis rurais com e sem assalariados permanentes* – Brasil, Maranhão e unidades da Federação da região norte, 1972

<i>Categorias de mão de obra</i>	<i>Brasil</i>	<i>MA</i>	<i>RN</i>	<i>RO</i>	<i>AC</i>	<i>AM</i>	<i>RR</i>	<i>PA</i>	<i>AP</i>
<i>Nº. de dependentes do proprietário trabalhando</i>	73,7	67,3	76,1	83,0	69,2	89,8	55,8	70,5	31,8
<i>Nº. de assalariados permanentes</i>	17,5	8,1	21,6	14,8	19,8	7,9	42,4	27,6	67,4
<i>Nº. de parceiros</i>	6,8	20,5	1,3	1,2	8,6	1,2	1,6	0,9	0,2
<i>Nº. de arrendatários</i>	2,0	4,1	1,0	1,0	2,4	1,1	0,2	1,0	0,6
<i>Total</i>	<i>%</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	<i>N (mil)</i>	5569,7	123,9	110,9	5,0	5,0	34,6	2,5	61,7
<i>Nº. máximo de assalariados temporários N (mil) **</i>	7820,0	223,2	165,5	6,4	14,2	37,5	4,3	100,0	2,9

Fonte: Cadastro do INCRA, 1972.

* Na fonte os dados aparecem separados: há um quadro para os imóveis com e outro para os sem assalariados permanentes. Na presente tabela os dados encontravam-se somados.

** A mão de obra permanente (dependentes dos proprietários, assalariados permanentes, parceiros e arrendatários), refere-se ao ano do recadastramento, ao passo que o pessoal ocupado temporário diz respeito a uma certa época do ano (semana) em que havia maior demanda de F.T.

Observação: Os números absolutos dessa tabela, comparativamente aos da XII, serão de difícil compreensão se não levarmos em conta que, nesta tabela, não constam os “autônomos” ou “conta própria” e os “não remunerados”.

A disposição acima e as relações entre tamanho dos imóveis e categoria da FT apresentam nuances segundo as unidades da Federação.

⁹⁰ BASA, pp. 104 e ss, comentando os dados do Censo de 1950, diz que os estabelecimentos com menos de 100 ha ocupavam 79% da PEA, no Estado do Amazonas, e 92% no do Pará.

Sobressai o diminuto número de assalariados permanentes no Amazonas (7,9) e de empregados (7,4) assaz destoantes das outras unidades da região, e isso no Estado que detém mais de 40% dos seringueiros da Amazônia. Tudo leva a crer que a explicação está no desenvolvimento da produção de juta, cultura de cunha familiar com uso de assalariados temporários (sitiantes).

Comparando-se o número de assalariados permanentes (Tabela XIII) com o número de seringueiros (empregados permanentes no seringal) da Tabela XIV nota-se que o número destes últimos supera em muito o número de assalariados permanentes – e supúnhamos inicialmente que ambas as categorias praticamente se equivaliam. Neste passo, para compreender a dinâmica da organização econômica, é preciso ter em conta os assalariados temporários e outros tipos de relações de produção, que se constituem em formas de uso da FT próprias da dinâmica rural da região.

A dinâmica da economia agropecuária extrativa vegetal realiza-se através das estreitas relações entre as produções nitidamente comerciais e as produções prevalentemente de subsistência. Tal mecanismo de desenvolvimento das forças produtivas, extremamente dependentes das condições naturais de produção, requer o emprego da FT adequada e por tempo determinado. Essas condições implicam necessariamente em um emprego sazonal e, em contrapartida, em um desemprego sazonal em determinada ocupação, como mostra a Tabela XIV.

XIV – Meses trabalhados no ano anterior à data do censo pelas pessoas que exercem ocupações no setor primário, por sexo, para região norte, 1970

<i>Principais Ocupações</i>	<i>Região norte</i>				
	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Total</i>	<i>De 9 a 12 meses trabalhados</i>	<i>%</i>
<i>Trabalhadores de Enxada</i>	358.753	44.503	403.256	252.948	62,7
<i>Seringueiros</i>	82.024	3.374	85.398	33.482	39,2
<i>Trabalhadores na Pecuária</i>	15.075	499	15.574	11.077	71,1
<i>Madeireiros e Lenhadores</i>	19.045	230	19.275	10.835	56,2
<i>Total</i>	499.196	49.860	549.056	322.960	58,8

Fonte: Censo Demográfico, 1970.

A tabela pode ser lida da seguinte maneira: trabalharam, na *mesma ocupação*, entre 9 a 12 meses, no ano anterior à data do Censo, 59% da PEA da Amazônia do setor primário. Isso quer dizer que um pouco mais de 40% da PEA desse setor, naquele ano, estavam “desempregados” em suas respectivas ocupações, sendo que esse volume oscila dos 60% (seringueiros) para 29% (trabalhadores na pecuária). Essa constatação permite que afirmemos ocorrer maior “desemprego” em áreas com predomínio de seringueiros, lenhadores e madeireiros e menor em áreas com predomínio de trabalhadores na pecuária.

Trata-se de “emprego/desemprego” determinado pelas condições técnicas e sociais de produção (extrema dependência da natureza, domínio do aviamento) que não correspondem a desemprego no sentido de completa inatividade da mão de obra.

A uma atividade agropecuário-extrativa de cunho comercial (juta, pimenta, cacau, sisal, gado, látex, balata, castanha, madeira) corresponde, de modo complementar e dinâmico, uma atividade para autoconsumo, não só tendo em vista essa finalidade, mas também a venda de pequeno excedente. Por outro lado, historicamente, o modo como foi feita a exploração do látex, técnica e socialmente, não propiciou o desenvolvimento de um segmento artesanal rural que permitisse combinar atividades, pois a natureza nitidamente mercantil da economia da borracha subordinou o setor rural diretamente ao mundo urbano através do aviamento, sistema que, ainda hoje, irriga e aviva os fluxos de troca e produção.

Em termos gerais, ao emprego da FT em uma atividade nitidamente mercantil, na qual o trabalhador obtém algum dinheiro (ou vale), alia-se outra atividade, que lhe permite produzir, ele próprio, parte de sua cesta de consumo.

O vaqueiro, o seringueiro, o lenhador, o trabalhador do castanhal etc. são trabalhadores do latifúndio; se nele vivem, seu sustento não se dá exclusivamente mediante assalariamento monetário mas, também, mediante seu trabalho (e de seus familiares) no roçado ou recebimento da “quarta” (uma de cada 4 reses é dada ao vaqueiro), etc., e nesse sentido formam uma espécie de moradores ou agregados; caso residam fora dele, seu sustento vem, em boa parte, da caça, da pesca, do roçado em sua terra (é o caso de caboclos e sitiantes mais pobres). Observe-se, por exemplo, na Tabela XIV,

que não mais que 63% dos trabalhadores de enxada estão nessa atividade durante 9-12 meses.

Os sitiantes de malva, fumo, pimenta, juta, os pequenos agricultores e criadores das regiões mais “maduras” (Marabá e Altamira, por ex.) das frentes pioneiras, que destinam sua produção para o mercado, mas que compartilham o uso das terras com produção para auto-abastecimento, geralmente exigem a contratação de empregados temporários em épocas de maior demanda de trabalho do que o familiar disponível.

Note-se que a mão de obra residente nos imóveis rurais (Tabela XIII) é insuficiente para operar o latifúndio, o sítio e a empresa na Amazônia. O número máximo de assalariados temporários supera em 50% o número dos permanentes; este porcentual oscila entre o Amazonas, 7%, e o Acre, 200%. Isto significa que essas formas de organização da produção agropecuária requerem, em dados momentos, determinada massa de FT superior aos seus efetivos permanentes. E não há dúvida de que as levadas de pequenos proprietários “sem terra”, que constituem o grosso das frentes pioneiras, fornecem essa FT. Quando não se transformam em sitiantes que utilizam a FT de outros, tornam-se proprietários, ou posseiros, de alguns hectares de terra que cultivam para autoconsumo, trabalhando temporariamente em terras alheias a fim de pagar o que tiveram de adquirir através do aviamento; quando não trabalham por retribuição em produto. Por outro lado, com a implantação dos grandes projetos agropecuários que demandam, ao menos nas fases iniciais, volumosa mão de obra, e com as facilidades de transporte, o mercado da FT disponível não se delimita à região mas já detém cunho nacional (ver Capítulo VIII).

Retornando às estatísticas, vemos que, se dos praticamente 586 mil economicamente ativos apenas 13% são empregados permanentes, 28% daquele total integraram, no decorrer de 1972, a categoria de assalariados temporários (16% no Maranhão), fato esse que não se constitui em bem-aventurança. Basta ver os rendimentos. O salário mínimo regional, em 1970, era de Cr\$ 134,30. Considerando-se aqueles que percebiam até Cr\$ 200,00, i.e., quase 1,5 salários mínimos, nota-se que praticamente 68% da PEA encontram-se aí incluídos; 66,6 mil empregados (17%) e 327 mil autônomos (86%); destes últimos, 20% não percebiam qualquer remuneração.

É óbvio que, se uma diária alimentar em Marabá (Manaus, Belém, Porto Velho etc. oscilam próximo a essa cidade) girava em torno de Cr\$ 30,00 e Cr\$ 40,00, a previsão de vida dessa gente não era das mais otimistas. Acontece que a existência de “terras livres” na região cumpre aqui seu papel. O caboclo ou o pequeno proprietário pobre produzem seu próprio fundo de consumo, permitindo às empresas utilizar sua FT a preço reduzidíssimo. Por outro lado, dada a existência dessas terras, que possibilitam ao imigrante tornar-se caboclo ou sitiante, o que poderia provocar uma evasão da mão de obra permanente dos imóveis, as unidades produtoras cedem lotes de terras para que ali seja providenciada parcela dos meios de vida dessa FT⁹¹. Esta situação de reprodução da FT, como se verá logo em seguida, irá refletir-se nos rendimentos monetários.

Trata-se de um conjunto de elementos em processo, próprios de uma frente agropecuária, mas com a característica de “sobre” os ou junto aos latifundiários se acavalam sítios em formação, empreendimentos empresariais de capitalistas individuais e empresas de propriedade industrial e financeira, cujo *imbróglio* tende a resolver-se favorável e prioritariamente às empresas.

Essas formas interligam-se e integram-se graças ao sistema de aviamento, isto é, o “fornecimento de bens de produção e consumo ao coletor ou produtor, dentro de um prazo determinado, garantindo-se ao fornecedor nessa oportunidade o privilégio de aquisição do produto”.⁹² O sistema adquire grande complexidade devido à superposição de aviadores segundo o nível de atuação (nas grandes ou pequenas praças) e, por conseguinte, conforme seu poder econômico. Esse sistema é sustentado ainda – além de o ser por grandes bancos⁹³ – “por uma grande série de

⁹¹ Em muitas empresas, assim como nos latifúndios, lança-se mão da FT semisservil; caso mais notório parece ser o da empresa JARI, com mais de 5 mil empregados. A distinção entre as duas formas de organização da produção repousa, basicamente, na distinta composição técnica de capital. A propósito do latifúndio, consulte-se *Tipos de Áreas Rurais no Brasil*, de Juarez R. B. Lopes, Cebrap, 1975, mimeo., pp. 6-9.

⁹² BASA, p. 185. Veja-se também Nobue Miyazaki e Morio Ono, “O Aviamento na Amazônia,” in *Revista de Sociologia*, v. XX, n^{os}. 3 e 4, 1958.

⁹³ “Os aviadores reconhecem que é impossível a sobrevivência do sistema de aviamento sem os financiamentos do Banco do Brasil e do Banco de Crédito da Amazônia”. BASA, p. 205, nota.

suportes sociais de natureza doméstica e política, fixados com base nas tradições, nos sentimentos grupais e nos contatos primários”.⁹⁴

A relação “aviador-aviado” ocorre ao nível de produção – nas três formas de organização da produção – e, semelhante a uma espiral em expansão, atinge Manaus e Belém, enfeixando o crédito, transportes e comunicações da Região norte.⁹⁵ Ao âmbito das relações empregador (ou preposto) – empregado no latifúndio e nas empresas, este sistema tende a mantê-los em perpétua condição de devedores, uma forma de “barracão”, portanto, uma maneira de ter à mão uma reserva de FT.

O sistema de aviamento, diz o BASA, já padece de alterações atenuadoras em algumas zonas sujeitas, por circunstâncias próprias, a processos intensos e modernos de comunicação. No entanto, prossegue a mesma fonte, a principal forma atenuadora parte da intensificação da concorrência entre os próprios “aviadores”, dando margem ao aumento dos “marreteiros” que vendem as mercadorias em suas embarcações a preços mais baixos e compram o produto a melhor preço. Não obstante, devemos observar que se os “marreteiros” aparecem, inicialmente, como uma alteração atenuadora do sistema de aviamento, tendem, por outro lado, a incentivá-lo, já que a concorrência entre os aviadores não deixa de ser uma espécie de concorrência de “marreteiros” entre si. A forma cooperativa – caso da pimenta-do-reino em Tomé-Açu (PA) – parece constituir-se em mecanismo atenuador real do sistema de aviamento mas, como já notamos, as condições de existência desse cooperativismo são singularíssimas. Tudo leva a crer que a verdadeira forma atenuadora – e, no limite, reformadora – consiste no ingresso dos interesses industriais e financeiros no âmbito da produção, como ocorre na atualidade, levados pela transferência de fundos através de organismos do Estado.

⁹⁴ BASA, p. 190.

⁹⁵ Consulte-se o trabalho de Amílcar A. Tupiassu *Condições Sócio-Estruturais e Participação Política na Amazônia*, Rio de Janeiro, 1965, mimeo., onde o autor defende a tese de o sistema de aviamento haver-se transformado “no que se presume ser o mais importante componente estrutural do conjunto sócio-econômico-político da região”.